Dispõe sobre a lotação provisória dos órgãos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro, a movimentação de pessoal e dá outras providências.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto nos arts. 30 e 31 da Lei nº 94, de 14 de março de 1979,

DECRETA:

Art. 1º A lotação provisória dos órgãos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro é a constituída, na data da publicação deste Decreto, pelos cargos em comissão e funções gratificadas, pelos cargos efetivos e pelos empregos, observadas as disposições deste Decreto.

Art. 2º Para efeito de apuração e controle, são instituídas:

- a) Tabela de Lotação Provisória;
- b) Tabela Numérica de Lotação.

Art. 3º A Tabela de Lotação Provisória (Modelo I) consignará, em cada órgão da estrutura administrativa:

- a) os cargos em comissão e as funções gratificadas, ocupados ou não;
- b) os cargos efetivos e os empregos, por ordem alfabética, inclusive aqueles cujos ocupantes estejam eventualmente emprestados a outro órgão por necessidade de serviço ou afastados de exercício, de acordo com o art. 64 da Lei nº 94/79;
- c) nome, matrícula e informações sobre a situação dos ocupantes.

Parágrafo único. As Tabelas de Lotação Provisória serão reunidas a partir da unidade administrativa de mais alto nível para as unidades a ela subordinadas, de acordo com as respectivas estruturas organizacionais, assim constituindo a Tabela Geral de Lotação, do Gabinete do Prefeito ou de cada Secretaria, que será publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Parte IV.

Art. 4º A Tabela Numérica de Lotação (Modelo II), consignará os quantitativos dos cargos em comissão, funções gratificadas, cargos efetivos e empregos do Gabinete do Prefeito e das Secretarias.

Art. 5º Os modelos que acompanham este Decreto serão distribuídos pela Secretaria Municipal de Administração e preenchidos pelas Divisões de Pessoal das Secretarias e do Gabinete do Prefeito, supervisionadas por um Grupo de Trabalho a ser instituído na Secretaria Municipal de Administração por seu titular.

Parágrafo único. O Secretário Municipal de Administração baixará resolução com instruções para o preenchimento das Tabelas e designará o Grupo de Trabalho.

Art. 6º Até que sejam publicadas as Tabelas Gerais de Lotação, fica suspensa a movimentação de pessoal, salvo caso de excepcional interesse do serviço, reconhecido pelo Prefeito em ato ou despacho.

Parágrafo único. Na hipótese de movimentação referida neste artigo, o expediente será encaminhado ao Gabinete do Prefeito ou às Secretarias envolvidas, cujas Divisões de Pessoal farão as anotações e oportuna correção das respectivas Tabelas.

Art. 7º Após a publicação das Tabelas Gerais de Lotação, a designação, a colocação à disposições de outro órgão municipal ou a remoção de uma para outra Secretaria ou para o Gabinete do Prefeito somente ocorrerão mediante proposta justificada, submetida ao Prefeito e, salvo necessidade imperiosa de serviço, dependerão:

- a) de existência de claro ou vaga na Tabela de Lotação do órgão no qual se pretenda situar o servidor;
- b) de correlação entre as atribuições do cargo ou emprego do servidor e as do órgão no qual se pretenda lotá-lo;

c) de aquiescência do titular do órgão de cuja lotação for retirado o servidor.

§ 1º A remoção dos membros do magistério obedecerá à regulamentação própria.

§ 2º O servidor da Administração direta exonerado ou dispensado de cargo em comissão ou função gratificada poderá solicitar sua designação para outro órgão da administração direta, que não aquela em que exercia o cargo ou função de confiança.

§ 3º Nas condições do parágrafo anterior o servidor da administração indireta retornará ao órgão de origem.

§ 4º A remoção por permuta obedecerá ao disposto no art. 31 da Lei nº 94, de 14 de março de 1979.

Art. 8º Autorizada pelo Prefeito a remoção referida no artigo anterior, as Divisões de Pessoal do Gabinete do Prefeito ou das Secretarias envolvidas providenciarão a exclusão ou inclusão nas respectivas Tabelas.

Art. 9º Dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contado da publicação deste Decreto, o Gabinete do Prefeito e as Secretarias remeterão as respectivas Tabelas à Secretaria Municipal de Administração, onde serão examinadas quanto à conformidade com as normas por este baixadas, e, a seguir, publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Parte IV.

Art. 10. As disposições do presente Decreto aplicam-se, no que couber, aos órgãos da administração indireta.

Art. 11. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de março de 1981 - 417º de Fundação da Cidade.

JULIO COUTINHO, Joaquim Torres Araújo, Carlos Alberto de Carvalho, José Maria da Motta, Vicente de Paulo Barreto, Lucy Serrano Ribeiro Vereza, Paulo Cesar Cata/ano, Renato da Silva Almeida e Raimundo Moreira de Oliveira

DORJ IV 17.03.1981